

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FÁBIO JÚNIOR SOARES DA SILVA

**UM ESTUDO DA CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O TERCEIRO
SETOR**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

FÁBIO JÚNIOR SOARES DA SILVA

UM ESTUDO DA CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof. Esp. Lis Mendes Pinheiro de Miranda Parente

FÁBIO JÚNIOR SOARES DA SILVA

UM ESTUDO DA CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof. Esp. Lis Mendes Pinheiro de Miranda Parente

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Esp. Lis Mendes Pinheiro de Miranda Parente
Orientadora
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Prof^a Ms. Antonia Valdelucia Costa
Membro 1
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Prof Esp. Francisco Daniel Gomes da Cruz
Membro 02
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

UM ESTUDO DA CONTABILIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA O TERCEIRO SETOR

Fábio Júnior Soares da Silva¹
Lis Mendes Pinheiro de Miranda Parente²

RESUMO

O Terceiro Setor tem ganhado espaço no cenário brasileiro devido à crise econômica, desigualdade social e situação de pobreza. Assim, para atender essa demanda, faz-se necessário a criação e manutenção de instituições sem finalidade lucrativa, que desenvolvem atividades de cunho social diminuindo as diferenças sociais. Essas entidades necessitam de controle contábil para atender ao fisco e doadores em geral, para manutenção da continuidade, por meio da mensuração e apresentação dos componentes do patrimônio, levando em conta todas as circunstâncias que fazem a contabilidade se tornar uma ferramenta primordial para a transparência dessas organizações. Este artigo possui como base a seguinte situação problema: a contabilidade aplicada ao terceiro setor como ferramenta de transparência aos seus usuários e colaboradores é realmente importante? Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos, sites, legislações e fontes primárias, utilizando-se um instrumento qualitativo. Assim, buscou-se compreender o terceiro setor e como as informações produzidas pela contabilidade impactam na tomada de decisões dos doadores e da sociedade em geral.

Palavras chave: Terceiro Setor, Finalidade Lucrativa, Transparência, Contabilidade.

ABSTRACT

The Third Sector has gained space in the Brazilian scenario due to the economic crisis, social inequality and poverty situation, thus, to meet this demand, it is necessary to create and maintain non-profit institutions, which develop social activities reducing the differences of society. These entities need accounting control to meet the tax authorities and donors in general, to maintain continuity, through the measurement and presentation of the components of equity, taking into account all the circumstances that make accounting become a primary tool for the transparency of these organizations. It is based on the following problem situation: is accounting applied to the third sector as a tool of transparency to its users and employees really important? For this, a bibliographical research was carried out with books, articles, websites, legislations and primary sources, using a qualitative instrument. Thus, we sought to understand the third sector and how the information produced by accounting impacts on the decision-making of donors and society in general.

Keyword: Third Sector, Profitable Purpose, Transparency, Accounting.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, o crescimento do terceiro setor tem ganhado um ritmo acelerado, desencadeando a necessidade de aprimoramento dos instrumentos utilizados na sua gestão. O

¹ Concludente do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. UNILEÃO – E-mail: fabinhojrss@gmail.com

² Orientadora. Prof.^a Esp. em Direito Tributário pela Faculdade João Calvino. Docente da UNILEÃO. E-mail: lisparente@leaosampaio.edu.br

terceiro setor presta serviços de natureza pública, produz e comercializa bens e serviços, e não tem finalidade de lucro. Neste setor, as organizações atuam de forma solidária para suprir as ineficiências deixadas pelo primeiro e segundo setor (ALMEIDA E ESPEJO, 2012).

A cobrança da sociedade e dos agentes financiadores pela correta aplicação dos recursos empregados, fez com que, ao longo do tempo, as instituições do terceiro setor buscassem o aperfeiçoamento de suas práticas contábeis, deixando o amadorismo e adotando técnicas profissionais de gestão.

Com a necessidade da transparência exigida pelo fisco, é indiscutível a necessidade de desenvolvimento da Contabilidade, uma vez que, as instituições sem fins lucrativos, em nosso país, elaboram suas demonstrações contábeis com base em modelos desenvolvidos para atender às necessidades de usuários ligados a instituições com fins lucrativos (RIBEIRO, 2012)

Com a sistemática da globalização das informações contábeis e o crescimento do número de organizações sem fins lucrativos, faz-se necessário um estudo sobre os impactos gerados por essas entidades. Acredita-se que a transparência seja um importante fator gerencial para essas entidades, pois, para o financiamento de suas atividades, a credibilidade da organização frente às fontes doadoras é fator decisivo para o sucesso das ações a serem implementadas.

Desta forma, dada a singularidade das entidades do terceiro setor, a contabilidade aplicada a essa área se adapta a forma de atuação dessas organizações. A contabilidade assume ainda mais importância no que diz respeito a entidades sem fins lucrativos, passando a desempenhar importante papel na gestão das informações para tomada de decisões, de forma que a instituição passe a administrar a sua base informacional e consiga manter transparência sobre a alocação de recursos arrecadados.

O presente trabalho tem como justificativa demonstrar à sociedade e à comunidade acadêmica, usuários e fomentadores a importância contábil quanto ao modo de produzir informações, com o objetivo de retratar as movimentações da organização com confiabilidade e compreensibilidade.

Foi levantado a seguinte problemática: a contabilidade aplicada ao terceiro setor como ferramenta de transparência aos seus usuários e colaboradores é realmente importante?

Essa pesquisa de caráter bibliográfico tem como objetivo geral: discorrer sobre a importância da contabilidade como ferramenta de gestão para entidades sem fins lucrativos. Assim, os objetivos específicos visam compreender o terceiro setor e como as informações produzidas pela contabilidade impactam na tomada de decisões dos doadores dessas instituições e da sociedade em geral, que ao analisarem os dados podem formular conceitos positivos ou

negativos sobre as operações da entidade, assegurando a transparência e a confiabilidade para com os usuários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

Analisando as transformações históricas da sociedade, é possível observar a existência de um setor econômico, que, entre o Estado e o setor privado, desenvolve importante papel na execução de políticas sociais, emergindo como um novo protagonista na promoção do desenvolvimento social.

O terceiro setor pode ser definido como o conjunto das organizações da sociedade civil que não possuem finalidade de lucro, como igrejas, associações, fundações e entidades filantrópicas. São organizações que surgiram em decorrência da ineficiência do Estado perante a sociedade, com a finalidade de promover o desenvolvimento e reduzir as diferenças sociais (MAÑAS E MEDEIROS, 2012).

No Brasil, a qualificação de terceiro setor surgiu para designar as organizações da sociedade civil que não se adequam na categoria das atividades do Primeiro Setor, representado pela administração pública, e nem pelas atividades do Segundo Setor, composto pelas indústrias e comércios, ou seja, as entidades com finalidade lucrativa (PAES, 2018).

O Terceiro Setor tem algo em comum com o Primeiro Setor, haja visto que suas atividades não geram lucro e, em geral, desenvolvem atividades em prol do bem comum, com a diferença de que o referido setor não possui controle político direto, possuindo autonomia para sua tomada de decisões.

Segundo Mañas e Medeiros (2012, p. 20), “podemos afirmar que o Terceiro Setor é o espaço da economia ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam atividades complementares às públicas, visando a contribuir com a solução de problemas sociais orientada ao bem comum.”

A ascensão das entidades deste setor desempenham uma perspectiva funcionalista para promover a renovação do espaço público, o resgate da cidadania, conservação dos direitos iguais e a superação da pobreza.

Os recursos financeiros utilizados para a manutenção das atividades das organizações do referido setor são provenientes de parcerias com fundações (nacionais e internacionais), entidades privadas internacionais, empresas privadas dos mais variados segmentos, como também de doações em dinheiro ou outro tipo de recursos (ALMEIDA E ESPEJO, 2012).

Segundo Paes (2003, p. 14):

as principais fontes de recursos dessas entidades estão baseadas não no mercado organizado, mas nos conceitos de cidadania e responsabilidade social, nem sempre constantes e previsíveis, o que determina a necessidade discutível de se encontrarem formas de gerenciamento da continuidade.

A principal característica das organizações que compõem o Terceiro Setor é que elas não distribuem lucros entre seus membros, pois suas ações são primordialmente sociais. Essas entidades têm uma importante responsabilidade social pelas ações que desenvolvem nas comunidades, dada a singularidade de suas ações, que visam obter respaldo e reconhecimento da sociedade (MANÃS E MEDEIROS, 2012).

Assim, o Terceiro Setor é o ambiente da economia constituído pelo conjunto de todas as pessoas jurídicas de direito privado, de administração própria, sem finalidade lucrativa, em que suas atividades atendem necessidades sociais de um grupo ou sociedade em geral, complementando as atividades públicas, em busca do bem-estar e na solução de problemas sociais (PAES, 2018).

Entende-se, portanto, que as organizações sem fins lucrativos existem para atender mudanças nos indivíduos e na sociedade, fazendo com que todos vejam como é importante participar de projetos e movimentos sociais onde se explora a ação solidária pela ajuda aos que sofrem com os impactos provocados pelas desigualdades.

Diante disso, a contribuição principal e maior do setor está na sua capacidade de representar o que cada um entende como justo e benéfico, inovando e proporcionando um sentido novo de cidadania.

2.2 IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

No Brasil, o Estado apresenta dificuldades em cumprir suas obrigações constitucionais, principalmente as garantidas pela Constituição Federal em seu Art. 6º: direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Dificuldades que só tendem a aumentar de acordo com o aumento da sociedade (VOESE E REPTCZUK, 2011).

Como desenvolvedor de um viés social, o terceiro setor se torna ferramenta essencial na desconstrução das barreiras sociais impostas pela ineficiência do Estado e do setor privado em suprir as necessidades básicas da sociedade.

As organizações do terceiro setor atuam na área da assistência social, saúde ou educação, geralmente trabalham com pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho, não possuem acesso aos bens e serviços necessários

ao suprimento de suas necessidades básicas e apesar de se constituírem de caráter privado, desenvolvem um trabalho de interesse público (HADDAD, 2010).

Observa-se que o terceiro setor tem ocupado um papel dinâmico na sociedade, uma vez que os cidadãos estão cada vez mais conscientes de seus direitos e da necessidade de participarem do processo de transformação da realidade, a fim de acabar com as mazelas sociais.

De acordo com Mañas e Medeiros (2012), o terceiro setor tem sido um dos agentes imprescindíveis no processo de assistência às populações carentes em razão de sua política baseada na execução de projetos e programas, capazes de incentivar a geração de emprego e renda e no desenvolvimento de atividades que possam garantir a sobrevivência.

As organizações do Terceiro Setor desenvolvem ações que vão de questões filantrópicas até ações de cidadania e defesa do ser humano, na luta pela inclusão social, desenvolvimento humano e fortalecimento dos movimentos sociais imprescindíveis para a sociedade.

Segundo Mañas e Medeiros (2012, p. 24)

O terceiro setor assume um sério compromisso no combate à marginalização social quando expande suas responsabilidades para a geração de emprego e renda, capacitação das pessoas para explorarem atividades próprias e também amparo e apoio a pessoas e famílias necessitadas. Fala-se de uma atuação que requer empenho contínuo, uma vez que a marginalização das camadas de baixa renda tem sido algo desafiador em virtude da proliferação desordenada que tais camadas apresentam, bem como além de abranger uma gama de ações que torna as comunidades carentes mais assistidas.

Para Oliveira e Romão (2014), as possíveis carências da sociedade não necessariamente precisam ser supridas por organizações sem fins lucrativos, mas quando isso acontece, surge o terceiro setor.

Portanto, a sociedade encontra no terceiro setor uma forma de se organizar para ajudar o próximo, na tentativa de diminuir as diferenças sociais, lutar por justiça social, direitos plenos e vida mais digna. As entidades deste setor devem estar em consonância com o poder público, abrindo portas para diálogos e combinação para participação conjunta.

3. ASPECTOS LEGAIS DO TERCEIRO SETOR

As entidades do Terceiro Setor são pessoas jurídicas de direito privado e podem ser constituídas enquanto fundações ou associações, segundo o Código Civil Brasileiro, art. 44 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, alterado pela Lei nº 10.825 de 22/12/2003 (BRASIL, 2002).

As Associações são pessoas jurídicas formadas pela junção de pessoas que se organizam para a realização de atividades de cunho não-econômico, ou seja, sem finalidades lucrativas. Para a criação de uma associação, os associados devem seguir as determinações contidas nos

arts. 53 e 54, da Lei nº 10.406/2002 (do Código Civil Brasileiro), no que se refere aos itens: a denominação, os fins e a sede da associação; os requisitos para a admissão, demissão e exclusão de associados; os direitos e deveres dos associados; as fontes de recursos para sua manutenção; o modo da constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos; e as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução (BRASIL, 2002).

As Fundações são organizações dotadas de personalidade jurídica que têm como fator dominante o patrimônio. Deve ser administrado de modo a atingir o cumprimento das finalidades estipuladas pelo seu instituidor. De acordo com o que rege o Código Civil de 2002, somente podem ser constituídas fundações para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (parágrafo único do art. 62).

Portanto, as organizações do terceiro setor podem ser formadas por associações e por fundações, mas existem denominações que as qualificam por meio de títulos, certificações e qualificações, como, por exemplo: Utilidade Pública Federal; Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (MANÃS E MEDEIROS, 2012).

De acordo com Voese e Reptczuk (2011), existem diferentes objetivos pela obtenção desses títulos, dentre eles: diferenciar as entidades que os possuem inserindo-as num regime jurídico específico; demonstrar a sociedade que a entidade possui credibilidade; facilitar a captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos; facilitar acesso a benefícios fiscais possibilitar acesso a recursos públicos assim como a celebração de convênios e parcerias com o poder público, além de outros benefícios.

Apesar de sua finalidade, as entidades do terceiro setor, para serem constituídas, administradas ou dissolvidas não são imunes às exigências legais. Pode-se afirmar que essa estrutura formal auxilia na captação de recursos para com terceiros, gerando segurança e transparência em suas ações, além de inibir práticas ilícitas por parte daqueles que têm acesso a tais recebimentos.

4. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA CONTABILIDADE

A contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. Ela alcança sua finalidade por meio do registro e análise de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrativo pertencentes à entidade, com o objetivo de assegurar seu controle e fornecer aos seus administradores as informações necessárias à tomada de decisões, bem como aos demais

usuários interessados, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins (RIBEIRO, 2012).

Para Iudícibus et al. (2018), a contabilidade é uma ciência social aplicada, pois ela está inserida na sociedade trabalhando suas atualizações nas solicitações que o mercado impõe. Esta disciplina leva em consideração aspectos ambientais e culturais, o que a torna distinta em qualquer lugar do mundo, mesmo que em alguns países seja adotado os padrões contábeis internacionais.

Sendo assim, as informações produzidas pela contabilidade tornam-se necessárias não apenas para os gestores, mas para toda sociedade. É o meio no qual as entidades se utilizam para tomar decisões de caráter econômico-financeiro e divulgar ao público interessado os resultados obtidos.

Na visão de Ribeiro (2013), o objetivo da contabilidade é o estudo e controle do patrimônio e de suas variações, de maneira a fornecer informações que sejam úteis para a tomada de decisões. Essas informações que podem ser destacadas pelas de natureza financeira, que abrangem os fluxos de caixa e capital de giro, e as de natureza econômica, que compreendem os fluxos de receitas e despesas, que são os responsáveis pelas variações no patrimônio líquido da entidade.

Esse controle é possível através das técnicas contábeis que possibilitam realizar o registro de todos os fatos que alteram o patrimônio de forma qualitativa ou quantitativa. Assim, constituindo um sistema que possibilita processar todos esses dados gerando informações relevantes a tempo hábil.

Segundo Gonçalves (2011, p.4), para atingir sua finalidade, a contabilidade utiliza-se das seguintes técnicas:

- a) escrituração: registro em livros especiais e em linguagem própria, com observância dos princípios e convenções geralmente aceitos, de todos os fatos que influem na composição do patrimônio;
- b) demonstrações contábeis: o simples registro dos fatos que afetam o patrimônio não possibilita o administrador ter uma visão abrangente e consolidada da situação patrimonial da entidade de modo a subsidiar o processo decisório. Por isso, desenvolve-se a técnica de elaboração periódica de relatórios sobre o estado do patrimônio e efeito da gestão administrativa ao longo do tempo. A tais relatórios damos o nome de DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.
- c) auditoria contábil: técnica de verificação e avaliação da qualidade e confiabilidade dos registros contábeis e das informações produzidas;
- d) análise de balanços: processo de avaliação da situação real do patrimônio, no que se refere à capacidade financeira, ao desempenho operacional, à sobrevivência da entidade, suas possibilidades de expansão e desenvolvimento.

Logo, a contabilidade utiliza-se de técnicas de registros como também de meios para processar e gerar dados que possibilitem avaliar a integridade das informações presente em seus relatórios. Esse mecanismo de auto avaliação transmite confiabilidade em suas emissões.

Chagas (2019) define o patrimônio como o objeto da contabilidade, sendo essa ciência a que estuda, analisa e controla esse objeto, efetuando os registros de todas as ocorrências econômicas que nele ocorrer.

Pode-se dizer então que “O objetivo básico da Contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais” (IUDÍCIBUS, 2010, p.7).

As informações produzidas pela contabilidade, então, são fundamentais para os usuários da contabilidade, pois servem como principal ferramenta para análise da situação da entidade no que antecede a tomada de decisões e de outras movimentações internas.

Segundo Ribeiro (2013), correspondem a usuários das informações contábeis todas as pessoas físicas ou jurídicas, que diretamente ou indiretamente possuam interesse na avaliação da situação e no desenvolvimento da entidade, como proprietários, sócios e acionistas, administradores, governo, fornecedores, investidores, clientes, bancos, etc.

Os usuários podem ter diferentes interesses nas informações produzidas pela contabilidade, conforme salientado pelo autor, as informações podem ser tanto para usuários internos como para externos. Sendo que ambos avaliam os relatórios sob uma ótica diferente, apreciando a informação que mais lhe convém.

Sendo assim, a área de atuação da contabilidade é muito vasta. Sua metodologia foi desenvolvida principalmente para demonstrar todas as variações e circunstâncias que atingem a condição patrimonial, econômica e financeira de uma organização, sejam estas de Direito Público ou Privado, com ou sem fins lucrativos e também do indivíduo como pessoa física (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Diante de tais argumentos pode-se afirmar que o uso da contabilidade se faz necessária para todos, seja diretamente ou indiretamente, possibilitando avaliar e quantificar as riquezas geradas e distribuídas pela sociedade. Para os que a usam de forma direta é uma grande aliada na tomada de decisões, pois atua no controle patrimonial, econômico e financeiro das empresas e das pessoas. Garantindo assim, mais segurança e clareza durante o processo decisório.

4.1 CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

A Contabilidade desempenha a mesma finalidade, tanto para uma organização com fins lucrativos quanto para as sem fins lucrativos, que é a de interpretar e registrar os fenômenos

que afetam o patrimônio de uma entidade, ou seja, a contabilidade alcança seus objetivos por meio do registro e análise de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio da entidade, com o propósito de assegurar seu controle e fornecer a seus gestores as informações necessárias a ação administrativa e demais pessoas interessadas (SANTOS, 2010).

A correta utilização e aplicabilidade da contabilidade nos processos de gestão de uma organização do terceiro setor é o que garante o máximo de aproveitamento dos recursos que ela pode fornecer, sendo possível então o uso dessas informações para o processo de tomada de decisões e de outros procedimentos internos.

Sendo uma das ciências mais antigas do mundo, a contabilidade possui como papel social planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização seja com ou sem fins lucrativos. Deste modo, a mesma busca alimentar os usuários com as informações de cunho econômico-financeiras sobre seu patrimônio e suas mutações, utilizando-se de registros, demonstrações, relatórios e análises (COAN E MEGIER, 2010).

A importância que a contabilidade tem para uma entidade do terceiro setor é notada quando se avalia sua capacidade de fornecer informações confiáveis, capazes de influenciar nas decisões dos gestores e do público da sociedade que se propõe a participar da organização por meio de doações e outras contribuições.

Para Carneiro, Oliveira e Torres (2011), a contabilidade deve fornecer mais atenção com o trabalho social das entidades do terceiro setor, incluindo o atendimento aos mais carentes e os benefícios à parcela menos favorecida. Têm-se a contabilidade como importante ferramenta para que o doador de recursos avalie o impacto social promovido pela entidade.

A participação da sociedade na fomentação dos recursos e na participação voluntária nas organizações sem fins lucrativos estará sempre atrelada à transparência promovida pela organização no que diz respeito à aplicação dos recursos e no desenvolvimento de suas práticas sociais.

O Terceiro Setor engloba entidades sem fins lucrativos que desempenham atividades cada vez mais relevantes no âmbito social. Dado esse crescimento, surgiu a necessidade de exprimir maior clareza na aplicação dos recursos e nos resultados obtidos por estas organizações (MELO; SANTOS E SOUZA, 2010).

De acordo com Cunha (2008), o Terceiro Setor vem conquistando espaço na sociedade, assumindo posição importante junto aos demais setores, estabelecendo planos de ação e metas de controle, criando projetos que auxiliam no seu desenvolvimento.

Em meio a todas as suas ações e parcerias é que as entidades do terceiro setor precisam fornecer informações confiáveis e prestar conta dos recursos por elas administrados. A sociedade está interessada no impacto que essas entidades provocam com os recursos recebidos.

Um dos maiores obstáculos enfrentados pelas entidades sem fins lucrativos, na busca pelos recursos necessários para seu funcionamento é a falta de confiabilidade por parte de uma parcela da sociedade, dado ao envolvimento de algumas dessas instituições em movimentações fraudulentas (ALVES, 2007).

O terceiro setor, então, passa a ser notável em razão da busca dessas entidades por parcerias, doações, voluntários, convênios com o Estado e demais recursos que são importantes para a manutenção dos seus serviços. E para isso, as organizações estão cada vez mais utilizando a contabilidade para promover a confiabilidade de suas atividades perante a sociedade

Segundo Melo, Santos e Souza (2010, p.2):

É indispensável que tais entidades administrem seus recursos de forma transparente e prestem contas de seus serviços de forma que proporcione clareza nas informações, estimulando a entrada de mais recursos para garantir a sua continuidade e crescimento ao longo do tempo.

Ainda que detenham finalidade social, as entidades do terceiro setor possuem movimentações financeiras e é necessário demonstrar com clareza a aplicação desses valores, e isso é possível através de demonstrações e outras informações contábeis.

Para atingir êxito e promover o máximo do benefício social em sua atuação, as organizações do terceiro setor devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém. Além de cumprir o papel de obedecer as leis e as obrigações contratuais da entidade, a prestação de contas serve como informação ao público para que se posicionem sobre a entidade em relação às doações e colaborações, possibilitando a sociedade questionar sobre os interesses, de onde vem seus recursos, em que são utilizados e se realmente são eficientes no uso social da entidade (ARRUDA et al., 2010).

Então, é fundamental que a contabilidade seja utilizada como ferramenta para o controle da arrecadação de recursos nas organizações do terceiro setor, haja visto que ela fornece exatamente a transparência de suas atividades através das demonstrações financeiras que são capazes de evidenciar não só de onde vem os recursos mas também onde eles foram aplicados.

Para Cruz, Corrar e Slomski (2008), além dos aspectos financeiros e econômicos, as informações geradas pela contabilidade devem abranger também os físicos e de produtividade. As entidades precisam dar ênfase à divulgação de todas as informações que permitam a correta avaliação da sua situação, oferecendo ao usuários elementos importantes para seu processo decisório.

É importante compreender a relevância das informações contábeis. Nas organizações do terceiro setor, as doações são como um investimento, portanto, elas devem buscar compreender como os relatórios contábeis por elas produzidos influenciam nas decisões de contribuição pelos doadores.

De acordo com Silva (2007, p. 6), “é fundamental em uma Organização do Terceiro Setor demonstrar estar orientada para o resultado, mesmo não tendo seu foco no lucro. Dessa forma, a Organização deve ter sempre a percepção de que seus esforços conduzem-na a um bom resultado”.

Por serem entidades sem finalidade lucrativa, o profissional de Contabilidade têm um papel fundamental nessas organizações. Muitas das entidades do Terceiro Setor encontram dificuldades em arrecadar recursos por não demonstrarem transparência suficiente em suas atividades. Para suprir essa necessidade, o profissional da contabilidade deve atuar com competência técnica e propor soluções (CRC, 2014).

Entende-se então que as organizações do Terceiro Setor devem elaborar e apresentar suas demonstrações contábeis com a finalidade de assegurar a comparabilidade das demonstrações, evidenciar a situação da entidade e garantir a transparência de suas ações a fim de assegurar a sua continuidade.

Para Sales e Leal (2006), a contabilidade pode também ser útil no que se refere ao cumprimento dos requisitos necessários ao atendimento das exigências legais atribuídas para estas entidades, sendo que a não escrituração contábil de suas operações pode acarretar na perda de benefícios fiscais pela não tributação. Ainda, a falta de informação contábil compromete a captação de recursos, uma vez que estas informações podem ser exigidas por usuários que tenham a intenção de efetuar doações mas deixam de fazê-las pela falta de confiabilidade na forma como a entidade destina os recursos captados.

Pode-se concluir então que a contabilidade de uma organização sem fins lucrativos está voltada para os aspectos qualitativos do patrimônio da entidade. A preocupação de registrar e garantir a transparência das atividades está totalmente voltada para a melhor distribuição de sua arrecadação para a sociedade. Ela contribui para a regularização e incentivo da distribuição de recursos no desenvolvimento de áreas precárias de nossa sociedade, como saúde, educação e lazer.

A contabilidade, então, age como ferramenta de auxílio na promoção do desenvolvimento social, ao preparar as instituições para receberem recursos de pessoas e empresas comprometidas com um único objetivo: tentar assegurar aos cidadãos que ficam à

margem da sociedade o acesso a seus direitos básicos, além de poder desenvolver atividades recreativas e formativas em seu cotidiano.

5. METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa, foi adotada a metodologia baseada em estudos de natureza teórica, dedicados ao estudo das teorias já existentes e seus complementos. Trata-se da pesquisa qualitativa e bibliográfica com abordagem descritiva.

Para Freitas e Prodanov (2013), a pesquisa qualitativa/descritiva trata-se de analisar a relação que se tem entre sujeito e mundo, onde não se pode contar essas informações em números. Busca descrever a subjetividade dos indivíduos, o que pensam e acham sobre o mundo, os significados que atribuem às coisas, bem como os fenômenos da realidade.

Dentro desse contexto, a pesquisa bibliográfica desenvolve-se na tentativa de explicar um problema por meio de estudos já publicados, sendo constituída principalmente por livros e artigos científicos. O objetivo desse tipo de pesquisa é conhecer e analisar as principais contribuições existentes sobre determinado assunto ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer pesquisa. A principal vantagem desse tipo de pesquisa é permitir ao investigador a cobertura maior do objeto pesquisado (GIL, 2012).

Assim, utilizou-se livros, monografias, dissertações, artigos e legislações pertinentes ao assunto em questão que possibilitaram analisar o objeto de estudo sob a ótica de diferentes autores.

Com a realização desta pesquisa, embasada em diferentes autores, foi possível compreender e ampliar o grau de conhecimento sobre o objeto de estudo, dominar o conhecimento disponível, proporcionando o entendimento da necessidade de se conhecer as movimentações contábeis pertinentes ao Terceiro Setor, assim como entender a tamanha importância da contabilidade para essas organizações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade é ferramenta primordial em qualquer setor da sociedade, seja ele o Primeiro, Segundo ou Terceiro Setor, e é indispensável que as informações produzidas por ela sejam fidedignas e evidenciem a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade. Isso faz com que a organização demonstre credibilidade perante a sociedade em geral e adquira respaldo para manutenção de sua continuidade.

Em uma sociedade que enfrenta dificuldades econômicas e desigualdades sociais, o terceiro setor assume um papel importante na prestação de serviços sociais. As entidades sem fins lucrativos contribuem para melhorar a qualidade de vida de pessoas e ajudar a dizimar as mazelas da sociedade. Composto por um conjunto de organizações que exercem atividades distintas, esse setor sofre com a limitação de suas atividades e com a escassez de recursos, e por isso faz-se necessário organizar-se e prestar esclarecimentos aos usuários, de forma transparente, a fim de promover o aumento dos recursos provenientes de doações, contribuições do Estado e de outros fomentadores.

O presente trabalho foi feito com a finalidade de demonstrar, por meio de pesquisa, como a contabilidade pode ser importante no plano de gestão de uma organização do terceiro setor e como ferramenta de transparência. Assim, as informações por ela produzida, como relatório contábil, econômico e financeiro, e todas as outras obrigações asseguram aos doadores e demais interessados a idoneidade da organização quanto ao compromisso social.

O terceiro setor oferece grande contribuição para a sociedade quanto à manutenção de serviços sociais, e uma vez que, demonstrando transparência para a sociedade, conquistasse a confiança e conseqüentemente a garantia de futuras doações e demais colaborações de outros interessados movidos pela necessidade de ajudar o próximo.

E por ser um setor de grande participação não somente econômica e social, mas também cultural, sugere-se a continuidade do tema investigado, pois os assuntos aqui abordados não se esgotam e, que mais autores possam levantar novas pesquisas para contribuírem também com o desenvolvimento do terceiro setor de modo geral, auxiliando os empreendedores do ramo no alcance de suas metas sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Verônica Eberle; ESPEJO, Robert Armando. **Contabilidade no terceiro setor**. São Paulo: IESDE, 2012.

ARRUDA, Leila Lucia; FREITAG, Viviane da Costa; SILVEIRA, Cristiane konopika Portes; SILVA, Rosimeire Aparecida Vieira da; DANGO, Leandro Alexandre. **As Peculiaridades da Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor: Na visão dos Acadêmicos**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://anaiscbc.emnuvêns.com.br/anais/article/viewFile/841/841>. Acesso em: 28 Maio 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 20 Maio 2020.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. **Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez de 2011. Disponível em: http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/arti_cle/viewFile/1206/1142. Acesso: 29 Maio 2020.

CHAGAS, Gilson. **Contabilidade Geral e Simplificada.** 4 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131686/>. Acesso em: 24 Abr. 2020.

COAN, Fernanda Mosseline Josende; MEGIER, Ivanir Helena. **A contabilidade no terceiro setor: instrumento de transparência social.** Revista Contabilidade & Amazônia, Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v. 3, n. 1, p. 30-44, Jan./Dez. 2010. Disponível em: http://www.contabilidadeamazonia.com.br/artigos/artigo_59arti_go_3.pdf. Acesso em: 12 Maio 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC). **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.** Fortaleza: CRC, 2014.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; CORRAR, Luiz João; SLOMSKI, Valmor. **Efeitos da Divulgação de Informações Contábeis Econômicas sobre as Doações Individuais para Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo Experimental com Alunos de Ciências Contábeis.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A1196.pdf>. Acesso em: 22 Maio 2020.

CUNHA, Hélio Ponce. **Gestão Estratégica Aplicada em Organizações do Terceiro Setor: Uma mudança de paradigma.** *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.191-205, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.8_gestao_estrategica_aplicada_em_organizacoes_do_terceiro_setor.pdf. Acesso em: 29 Maio 2020.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2º ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013. Disponível em: <http://www.freevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JÚNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAÑAS, Antonio Vico; MEDEIROS, Epitácio Ezequiel de. **Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. Perspectivas em Gestão & Conhecimento,** João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4264310.pdf>. Acesso em: 26 Fev. 2020.

MELO, Thamires Lins; SANTOS, Julyane Leite dos; SOUZA, Erica Xavier. **Transparência da Informação Contábil**: Um estudo sobre prestação de contas em uma unidade do terceiro setor das Cidade de Maceió. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/979.pdf>. Acesso em: 20 Maio 2020.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**: terceiro setor. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu; ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas**: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PAES, J.E.S. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 9º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SALES, Gustavo Dias. LEAL, Gustavo Luis Froes. **A Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor** – 2006. Disponível em: http://sinescontabil.com.br/monografias/artigos/terceiro_setor.htm.pdf. Acesso em: 20 Maio 2020.

SANTOS, Cleston Alexandre dos. **Práticas de contabilidade das organizações sem fins lucrativos de Curitiba**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D035.pdf>. Acesso em: 25 Abr. 2020.

SILVA, Ana Carolina Miranda da. **Práticas de contabilidade gerencial em organizações do terceiro setor**: um estudo na região metropolitana do Recife – PE. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005. Disponível em: <http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/articulo/view/1591>. Acesso em: 20 Abr. 2020.

SILVA, Cleyde Madeira e; SALES, Gustavo Dias; LEAL, Gustavo Luis Froes; Brison, Suzana Braga; VARGAS, Wanderson Edson; SILVA, Willian Nunes da. **A contabilidade para entidades do terceiro setor**. Monografia (Especialização). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://sinescontabil.com.br/monografias/artigos/terceiro_setor.htm.pdf. Acesso em: 20 Maio 2020.

VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. **Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor**. Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31-42, 1º semestre 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/16314>. Acesso em: 22 Maio. 2020.